

17 AGO 1986

ESTADO DE SÃO PAULO

# Quem apóia Sarney tem direito a cargos

GAZETA NOTICANTE

ANAMÁRCIA SERAPHIM

BRASÍLIA — Só os parlamentares que apóiam o presidente José Sarney e votaram a favor dos cinco anos de duração de seu mandato terão direito a indicar Representantes Rurais da Previdência Social, os cobiçados RPS. Essa é a regra para preenchimento dos cerca de 200 cargos, vagos de RPS nos municípios do interior do País e começou a vigorar com o novo ministro Jader Barbalho. Em sua gaveta existem quase 600 pedidos de parlamentares de todos os partidos para indicação do RPS, muitos querendo a substituição dos atuais titulares dos quatro mil cargos existentes.

O critério anterior, acertado no tempo do ex-presidente Tancredo Neves, dava aos políticos mais votados da região o direito a essa indicação, desde que fizessem parte da Aliança Democrática (PMDB-PFL). Durante a administração do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, o PMDB indicou 59% dos RPS e o PFL 41%. Com a demissão de Raphael — apressada justamente porque ele se recusou a fazer fisiologismo

com os agentes rurais — seu substituto, Renato Archer, nomeou apenas uns 60 RPS nos dois últimos meses de sua gestão.

Essas vagas são muito cobiçadas pelos políticos, dado o poder eleitoral de um RPS. Este ano, para as eleições municipais de novembro, mesmo que o ministro trocasse todos os quatro mil agentes rurais por fiéis seguidores de Sarney, eles pouco poderiam fazer a favor do governo. É que os atuais ocupantes dos cargos têm direito a dois meses de aviso prévio e mesmo que a substituição se efetivasse agora, os novos RPS teriam menos de um mês para trabalhar. Apesar disso, o gabinete do ministro Jader Barbalho vive cheio de parlamentares tentando uma nomeação de RPS.

Para acabar com os muitos desentendimentos com os políticos em função dessas indicações, o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães mandou suspender todas as nomeações. Os agentes rurais também teriam que se submeter a um concurso público pelo plano de carreira previdenciária, que continua engavetado no Ministério da Administração.

# Presidente passa 6 horas com foragido

-STADO DE SÃO PAULO

BELO HORIZONTE — Em sua última visita a Minas Gerais, no sábado, o presidente Sarney passou seis horas ao lado do irmão mais velho de Newton Cardoso, Manoel Cardoso Neto (conhecido como "Nelito"), um foragido da Justiça. Nelito, acusado de ser co-autor do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, em 1982, no município de Marabá (PA), assou churrasco para o presidente da República na fazenda Veredão, a 878 quilômetros de Belo Horizonte.

O envolvimento do irmão do governador na morte de Gabriel Pimenta, advogado de posseiros, foi divulgado ontem pelo jornal Estado de Minas, que faz oposição ao governador. Em reportagem publicada no noticiário policial, o jornal mostra uma foto de Sarney ao lado de Nelito e Newton Cardoso e reproduz o mandado de prisão expedido contra o irmão do governador. A manchete é intitulada "Irmão de Newton foge da prisão perto do poder".

O mandado foi assinado pela juíza Marta Inês Antunes Lima,

da comarca de Marabá, em março de 1986. Gabriel Pimenta foi morto em julho de 1982, pouco depois de ter jantado com Jader Barbalho, então candidato do PMDB ao governo do Pará. O motivo do crime teria sido uma ação do advogado em favor de posseiros. Segundo o Estado de Minas, Nelito foi preso logo após Pimenta ter sido encontrado morto com três tiros, mas foi em seguida levado para a fazenda Veredão, "onde permaneceu acoitado pelo irmão governador".

No distrito de Berizal (município de Águas Vermelhas), o mais próximo da fazenda, Nelito circula livremente, sendo inclusive amigo das autoridades policiais locais. De acordo com o jornal, foi Nelito quem organizou o churrasco em homenagem a Sarney, no qual foram consumidas 15 novilhas.

No Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas, não houve nenhuma reação oficial à reportagem. Um dos assessores do governador disse que a denúncia "é repetida", pois já foi noticiada em 1986, durante a campanha de Newton Cardoso.